

## EDITORIAL

### **Zulmar Fachin**

Doutor em Direito Constitucional (UFPR). Mestre em Direito (UEL). Mestre em Ciência Política (UEL). Bacharel em Direito (UEM). Licenciado em Letras (Unicesumar). Professor na UEL. Coordenador do Mestrado Profissional em "Direito, Sociedade e Tecnologias" da Escola de Direito das Faculdades Londrina. Membro eleito da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Direito do Vinho. Presidente do IDCC - Instituto de Direito Constitucional e Cidadania. Editor Chefe da Revista do IDCC. Editor Chefe da Revista Direito & Paz. *Orcid:* <https://orcid.org/0000.0001.5514.5547>. *E-mail:* [zulmarfachin@uol.com.br](mailto:zulmarfachin@uol.com.br).

### **Grasiele Augusta Ferreira Nascimento**

Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra/Ius Gentium Conimbrigae (2014); Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Diretora Operacional do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, unidade de ensino de Lorena/SP. Coordenador da Comissão de Internacionalização do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Integra a Comissão de Educação em Direitos Humanos do CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana/São Paulo). Editora Chefe Adjunta da Revista Direito & Paz (UNISAL) e da Revista Pensamiento Jurídico Central (Universidad Central de Chile). *Orcid:* <https://orcid.org/0000-0002-8813-4534>. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6018912730948860>.

Apresentamos a nova edição da *Revista Direito & Paz*, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em “Direito, Sociedade e Tecnologias” da Escola de Direito das Faculdades Londrina, em razão de convênio firmado com a Unisal. Esta edição contém 18 artigos científicos, sendo 2 estrangeiros (Itália e Espanha) e 16 brasileiros, abrangendo diversos Programas de Mestrado e Doutorado localizados em seis estados da Federação (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins e Mato Grosso do Sul) e o Distrito Federal.

Luan Berci, Yuri Nathan da Costa Lannes e Stefania Stefanelli tratam da responsabilidade civil do Poder Judiciário frente aos vazamentos de dados dos tribunais, sob a óptica da Lei Geral de Proteção de Dados. São reflexões bastante atualizadas sobre o tema, capazes de lançar luzes sobre o campo digital.

Fernanda Cristina Gomes Lage, Débora Hellen de Araújo Maciel e Deilton Ribeiro Brasil fazem importantes reflexões sobre a necessidade da inserção da arte em sala de aula como instrumento de resistência e humanização do ensino superior jurídico. O texto defende a necessidade de humanização do ensino jurídico, visto que o Direito precisa estar em permanente diálogo com outros campos do conhecimento humano.

Itamar da Silva Santos Filho e Bruno Galisa de Oliveira analisam as formas de impactos da pandemia pela covid-19, em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra mulheres. Trata-se de estudo específico, localizado no estado do Piauí

Gabriela Vianna Stephanes e Deise Marcelino da Silva tratam do Direito Agrário brasileiro no contexto do desenvolvimento sustentável na era digital, destacando a importância da tecnologia, especialmente de drones, no agronegócio. O texto considera a

produção agrícola, a proteção ao meio ambiente e a utilização de modernas tecnologias que, harmonizadas, podem gerar progressos econômicos e, ao mesmo tempo, garantir a preservação ambiental.

Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira, Alana Sonego Tartarotti e Cristiane Pretto Tier concebem o princípio da precaução como parâmetro orientador de políticas públicas no contexto de pandemias. O texto considera que a precaução pode ser mais eficaz do que aplicar sanções jurídicas após a violação do bem ambiental.

Sabrina Medina Andrecioli e Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão tratam da mutação constitucional em face da dignidade humana, na perspectiva da efetivação dos direitos fundamentais e da personalidade no contexto da Pós-modernidade. O texto é uma reflexão humanista vinculada à aplicação do Direito.

Romualdo Dropa aborda a laicidade e a diversidade em face da garantia dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. O texto é uma reflexão sobre direitos e deveres igualitários, independentemente da condição pessoal de cada participante da vida social.

Claudia Valim Rossi e Marcus Geandré Nakano Ramiro abordam o tema relativo ao migrante no campo, considerando os obstáculos da aplicação dos direitos humanos na proteção dos não nacionais. O texto é uma reflexão sobre a situação de pessoas em processos de migração, fenômeno que ocorre no Brasil e em diversas partes do mundo.

Jéssica Fachin e Marina Grothge de Lima pesquisam sobre o regime informacional e os desafios ao constitucionalismo digital, trazendo à discussão um dos temas mais importantes da sociedade contemporânea.

Cássio Alberto Arend trata da função socioambiental da propriedade, realizando uma análise a partir da concepção dos bens comuns. Reconhece o valor superlativo do meio ambiente, frente aos desafios da sociedade contemporânea.

Fábio Fernandes Neves Benfatti analisa a tutela da tecnologia Blockchain aplicada às pessoas com dupla deficiência. O texto aponta para a necessidade de utilização das modernas tecnologias para atender necessidades específicas de um grupo de pessoas que necessitam ser plenamente integradas na sociedade.

Carlos Renato da Cunha e Ingrid Mayumi da Silva Yoshi discorrem sobre o uso da inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro. O estudo leva em consideração que a Administração Pública, em especial o Poder Judiciário, tem utilizado, cada vez mais, as modernas tecnologias para melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Maurício Dalri Timm do Valle faz importante reflexão da capacidade contributiva, sustentando a solidariedade como justificativa para a fundamentalidade do dever de pagar impostos na argumentação do Supremo Tribunal Federal.

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira e Tarsis Barreto Oliveira estudam a hermenêutica constitucional como ferramenta para assegurar os direitos da comunidade LGBTQIA+. Trata-se de uma reflexão sobre o princípio da igualdade.

Leonardo da Rocha de Souza e Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira desenvolvem o pluralismo jurídico como um mecanismo de fortalecimento da agenda de direitos humanos. Os autores defendem a necessidade de efetivação desses direitos no âmbito de uma sociedade pluralista.

Dirceu Pereira Siqueira e Mayume Caires Moreira discorrem sobre ciberdemocracia, construção da identidade e direitos da personalidade, realizando uma análise crítica da exclusão digital frente à participação política no ciberespaço. Mostram a necessidade do uso das modernas tecnologias para proteger e efetivar direitos da personalidade.

Helder Baruffi e Ana Cristina Baruffi tratam de engajamento social e práticas pedagógicas inovadoras na ação docente. Nessa perspectiva, a atuação efetiva mediante práticas docentes inovadoras pode gerar resultados positivos no sentido de incluir pessoas na sociedade do século XXI.

Juliana Fernandes Lança e Tania da Costa Fernandes dissertam sobre cultura e diversidade nas políticas públicas no âmbito do sistema capitalista, a partir da teoria de Franz Boas, considerado o pai da Antropologia Cultural Moderna.

Boa leitura a todos!

Lorena (SP), outubro de 2023.